



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022 – RP Nº 055/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por LOCATECH LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E CAMINHÕES SC LTDA (ME), ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 142/2022, Pregão Eletrônico nº 079/2022, Registro de Preços nº 055/2022, por meio do qual foi declarada a inabilitação da LOCATECH LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E CAMINHÕES SC LTDA (ME), relativamente aos itens 04, 05 e 06, conforme registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 24/01/2023.

Alega a recorrente, em síntese, ser equivocada a sua inabilitação, declarada em virtude da não apresentação de Prova de Regularidade do FGTS, em desconformidade com o item 8.6.2 do Edital.

Sustenta que "(...) no item 8.6. *REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA*, 8.6.2. *Prova de Regularidade do FGTS do Edital referido acima, a empresa apresentará a guia do FGTS no período após o certame embasada na Lei*", invocando as disposições constantes no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

As razões recursais vieram instruídas com documento, qual seja, Certificado de Regularidade do FGTS, emitido em nome da recorrente na data de 26/01/2023.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão de recorrida, declarando-se a Habilitação da LOCATECH LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E CAMINHÕES SC LTDA (ME).

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 30/01/2023 (segunda-feira), vindo a findar-se em 01/02/2023 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões recursais.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 24/01/2023 (terça-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 25/01/2023 (quarta-feira), vindo a findar-se em 27/01/2023 (sexta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 26/01/2023, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

A recorrente pretende seja reconsiderada a decisão recorrida, por meio da qual foi declarada sua inabilitação no certame, baseada na não apresentação de Prova de Regularidade do FGTS, em desconformidade com o item 8.6.2 do Edital.

Respeitado o entendimento em contrário, não há condições de se acolher a tese recursal.

O instrumento convocatório do certame prevê expressamente que “Os documentos de habilitação deverão ser inseridos **obrigatoriamente** no sistema, concomitantemente com a proposta comercial, na PLATAFORMA / PORTAL “BBM Net Licitações”, **sob pena de preclusão**” (item 8.1 do Edital, destacamos)

Nessa esteira, resta estabelecido que “As declarações e os documentos relativos à habilitação, acompanhados da proposta escrita de preços, dos licitantes, **deverão ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas no Portal de Licitações BBMNET Licitações” (item 8.2 do Edital, destacamos).

No caso concreto, observa-se que o Edital do Pregão Eletrônico nº 079/2022 é claro ao prever que o encaminhamento da documentação (proposta e habilitação) “(...) poderá ser feito das **12h00min do dia 10/01/2023 até as 09h29min do dia 24/01/2023**, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, no portal eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br a abertura das “PROPOSTAS DE PREÇOS” e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30min do dia 24/01/2023, HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF”. (destacamos)

Pois bem.

Conforme se depreende, o prazo para apresentação dos documentos de proposta e habilitação iniciou-se às 12:00h do dia 10/01/2023 (terça-feira), findando-se em 09:29h do dia 24/01/2023 (terça-feira). Como é cediço, era de responsabilidade dos licitantes seu credenciamento no sistema e, por conseguinte, a juntada da respectiva documentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

para participação no certame, durante o lapso temporal supracitado, mediante o uso da senha de acesso privativa (item 6.3 do Edital).

Vale lembrar que o credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica e legitimidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital (item 6.5 do Edital).

É de responsabilidade dos licitantes o manuseio, a inserção e a conferência da vinculação de dados e documentos na plataforma eletrônica.

Diante de dúvida e/ou verificação de falha no sistema, mister que os interessados entrassem em contato com a central de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (item 6.2 do Edital), e/ou diretamente com o ente promotor da licitação, a fim de obter, tempestivamente, as providências necessárias a viabilizar sua participação no certame.

Não foi o que ocorreu em relação à recorrente, cujas razões recursais limitam-se a reconhecer a não apresentação do documento habilitatório, pugnando, contudo, seja admitida a complementação da documentação extemporaneamente.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, nos termos da lei (art. 37, inciso XXI, da CRFB/88).

Por sua vez, a Lei nº 8.666/93 preconiza que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (art. 3º, *caput*).

Infere-se claramente da Lei e do Edital a existência de regras para a apresentação da documentação de habilitação, bem assim para sua apreciação e julgamento.

Nesta ordem de ideias, possível concluir que em obediência às normas e aos princípios norteadores, caberia aos licitantes apresentarem toda a documentação de habilitação na plataforma de Pregão Eletrônico, e no prazo fixado.

A legislação deve ser interpretada sistematicamente, mediante análise das normas jurídicas entre si, pressupondo-se que o ordenamento jurídico é um todo unitário e harmônico, sem incompatibilidades, de modo a se permitir escolher o significado da norma que seja coerente com o conjunto.

Neste contexto, imperioso pontuar que, quando da intenção de se flexibilizar a regra geral relativa à apresentação de documentos de regularidade fiscal e trabalhistas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

em certames licitatório, o Legislador cuidou de estabelecer, de forma **taxativa**, possibilidade excepcional de tratamento diferenciado e simplificado em favor de determinadas pessoas jurídicas – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) – objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

De acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, “Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato”.

Entretanto, mesmo diante de tal hipótese excepcional, aludido diploma legal não exime as ME's/EPP's, ao participarem de processos licitatórios, de apresentar a íntegra da documentação de habilitação prevista no instrumento convocatório.

Neste sentido, dispõe explicitamente o art. 43 da LC nº 123/2006:

*“Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que apresente alguma restrição.”*
(destacamos)

Havendo alguma **restrição** (certidão positiva e/ou com validade vencida) na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a LC nº 123/2006 assegura à ME/EPP o direito à concessão de prazo para “regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa” (art. 43, §1º, da LC nº 123/2006).

Conforme se observa, ressalvada a hipótese legal de regularização de certidões positivas e/ou vencidas, **inexiste na legislação a prerrogativa de apresentação extemporânea ou substituição de documentos**, notadamente quando não apresentados junto à documentação de habilitação.

O Edital, em seu item 18.6, estabelece que o Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a **esclarecer a instrução do processo**, conforme disposto no art. 45¹ do Decreto Municipal nº 84/21 e no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Oportuno ressaltar que nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, faculta-se à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**; todavia, aludida faculdade não é absoluta, posto que o poder de diligência encontra limites fixados pelo Legislador no próprio dispositivo de lei, ao dispor expressamente ser “**vedada a inclusão**

¹ Art. 45 do Decreto Municipal nº 84/2021 - O (a) pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta". (destacamos)

Tratando-se de conduta vedada pela legislação, resta claro que a admissão intempestiva de documentos, ainda que na via recursal, afronta o princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e, em última análise, ao caráter competitivo do certame.

E nem se fale que ao assim preconizar, a legislação adota, despropositadamente, uma medida burocrata, supostamente contraditória ao princípio da razoabilidade e ao tão propalado formalismo moderado que deve nortear os atos administrativos. Isso porque, ao dispor acerca de tal inviabilidade, impõe-se à Administração um dever de garantir o processamento do certame com a lisura indispensável à consecução do objetivo constitucional da igualdade de condições a todos os concorrentes, e bem assim aos axiomas elencados no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Em linhas finais, mister reforçar que a Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezará-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto , 1ª
CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em
21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por estas não padecerem de qualquer ilicitude, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação a decisão que inabilitou a Recorrente.

O não atendimento a quaisquer das exigências do Edital é causa de inabilitação do licitante, a rigor do disposto no item 8.13 do instrumento convocatório.

Ante o exposto, a **improcedência** do recurso é medida que se impõe.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa LOCATECH LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E CAMINHÕES SC LTDA (ME) e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida em relação aos itens 09 e 13;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 02 de fevereiro de 2023.


ALISSON DIAS LAUREANO
Pregoeiro